

Justiça em

Edição 72
Ano XIII - agosto 2019



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

AÇÕES ESTRATÉGICAS

As medidas que a Administração da JFSP tem adotado para enfrentar a redução orçamentária

NESTA EDIÇÃO

Agenda 2030 da ONU

Internet das Coisas

Voluntariado

Segurança nos Fóruns

Polo Regional II

Meditação

O DESAFIO ORÇAMENTÁRIO DE 2020

Adentrando ao segundo semestre de 2019, estamos conscientes de que teremos pela frente um período de trabalho intenso na Administração Central para mantermos o funcionamento da máquina pública no ano em curso e para projetarmos ações sustentáveis para os próximos anos. O aperto imposto pelos novos limites orçamentários nos obriga a antecipar decisões difíceis e ainda mais restritivas. Vale lembrar que o próximo ano será especialmente desafiador, em razão da redução projetada em 46 milhões no montante das despesas discricionárias, que representa uma diminuição de 25% comparativamente ao ano em curso.

Desde 2016, a estratégia da Administração tem sido direcionada para a promoção de ações que assegurem a manutenção da prestação jurisdicional nos anos subsequentes, sobretudo a partir de 2020, momento em que a EC 95 produzirá efeitos mais severos. O espírito de inovação que tomou conta da Administração tem incentivado diversos projetos de sustentabilidade, gestão de dados, desenvolvimento de soluções tecnológicas e gestão estratégica. Ao lado de ações inovadoras e criativas, estão sendo adotadas medidas concretas para promoção de economia de recursos, como nas áreas de energia elétrica, impressão, vigilância - com base em estudos e adoção de tecnologia de monitoramento - e gastos com edificações.

Em relação ao gasto com locação de imóveis, que atualmente representa 20% das despesas discricionárias, continuamente estão sendo realizadas renegociações dos valores pagos. Com o objetivo de reduzir ao máximo os valores empregados em aluguéis, prosseguindo na política de aquisições,

inauguraremos o novo prédio de Mauá, adquirido em 2018, e pretendemos promover a compra do Fórum de Santo André. Estamos ainda trabalhando em estudos para unificar edificações, como nas Subseções de Botucatu e Campinas, que possuem prédios diferentes para o Juizado Especial Federal e para as varas federais. Além disso, a Diretoria Foro, em ação conjunta com a Presidência do TRF3, tem trabalhado junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para viabilizar a disponibilização de imóveis da União no estado de São Paulo que possam ser permutados por Fóruns Federais.

Outra iniciativa que permitirá reduzir despesas é o incremento considerável da virtualização dos processos físicos em tramitação (projeto "TRF3 100% PJe"). Nessa perspectiva, a segunda fase da digitalização foi retomada em julho, em nova parceria com CNJ e TRF3, atendendo a todas as Subseções do estado. Estima-se que nesta nova fase serão virtualizadas mais de 60 milhões de páginas de processos, incluindo os que estão em tramitação no segundo grau. No âmbito criminal, nos meses de agosto e setembro, será implantado na 3ª Região o Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU do CNJ, que contemplará a digitalização de todos os processos de execução criminal e permitirá o processamento dessas ações em plataforma integralmente eletrônica.

Além de ter o acervo processual acessível via sistema PJe e SEEU, reduzindo custos de movimentação dos feitos, a digitalização trará também outros benefícios para as subseções, como a otimização de espaços físicos, o que permitirá mais economia de recursos, pois as áreas poderão ser redefini-

das no decorrer do tempo, melhorando os ambientes de trabalho e viabilizando atuação remota, compartilhada e colaborativa.

Essas ações estratégicas têm sido realizadas sem perder de vista a necessidade de concretização de ideias relevantes. Nesse sentido, destacamos a recente adoção do projeto de cidadania e valorização da história do Poder Judiciário. Em parceria com o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, estamos elaborando um convênio com a Universidade de São Paulo (USP) para a gestão documental de processos históricos, que após coletados e catalogados, farão parte do nosso acervo museológico. A ideia é que possamos criar um espaço para exibição desses materiais, com ações de cidadania que preservem a memória da Justiça Federal, reforçando seu papel junto à sociedade no decorrer da história do Brasil.

A edição nº 72 da revista traz uma série de assuntos interessantes e contemporâneos, com destaque para as iniciativas adotadas para o enfrentamento das restrições orçamentárias. Veja também o trabalho da segurança da JFSP e os resultados do uso dos detectores de metais. Conheça ainda a Agenda 2030 da ONU e a adesão da JFSP ao pacto global para o Meio Ambiente. Saiba o que é o termo "internet das coisas", como ser um voluntário em instituições de caridade e conheça técnicas de meditação para melhorar a qualidade de vida.

Boa Leitura a todos!
Luciana Ortiz Zanoni
Caio Moysés de Lima
Décio Gabriel Gimenez



Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni
Juíza Federal Diretora do Foro

Caio Moysés de Lima
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (capital)

Décio Gabriel Gimenez
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (interior)

Maria Helena de Almeida Santos
Diretora da Secretaria Administrativa

Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação
Gisele Molinari Fessore (diretora)

Núcleo de Comunicação Social
Hélio Martins Júnior (diretor)
Coaracy Caracas Soares Santos

Seção de Multimídia e Audiovisual
Javã de Carvalho (supervisor)
Edson Nagase
Mariana Galluzzi de Sá

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias
Sergio Ricardo Quaranta
Lídia Oliveira Esteves (estagiária)

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174
Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

OS OBJETIVOS DA AGENDA 2030

No dia 7/5, o comitê interinstitucional criado pelo Conselho Nacional de Justiça apresentou o primeiro relatório que integra metas do Poder Judiciário aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. “O documento contribui para a criação de novos caminhos e a promoção de ações para acabar com a pobreza, fomentar a prosperidade e proteger o meio ambiente”, afirmou o presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, durante a solenidade de entrega do relatório.

O primeiro passo para essa integração foi dado durante o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em dezembro de 2018, em que ficou decidida a inclusão dos ODS no planejamento estratégico do Poder Judiciário de 2020. Com o objetivo de realizar os estudos e viabilizar a integração, o CNJ instituiu o comitê interinstitucional através da Portaria nº 133 de 28/9/2018.

Dentro dessa perspectiva, foi criado também o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) que tornou possível a formação de uma rede de colaboração e participação de juízes e servidores de todos os tribunais do país. O trabalho vem sendo desenvolvido sob o formato de laboratório de inovação utilizando a ferramenta metodológica Design Thinking. Foram realizados diversos encontros com a finalidade de mapear programas, projetos e construir indicadores sobre a atuação do Judiciário e conectá-los à pauta da Agenda 2030.

Um desses encontros aconteceu em janeiro de 2019, nas dependências do iJusLab - Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo. “Estamos com um olhar multidisciplinar avaliando como vamos construir as ações para a implementação da Agenda no Judiciário. É muito importante termos medidas que imprimam qualidade, excelência e celeridade nos processos que envolvam os objetivos sustentáveis”, afirmou a juíza



diretora do Foro, Luciana Ortiz.

O relatório realizado pelo comitê sistematiza informações que incluem estudos estatísticos e levantamento sobre o número de ações distribuídas e decididas pelo Judiciário. Além disso, aborda temas como os que geram o maior número de demandas para as Cortes, além de suas respectivas áreas como saúde, educação, questões previdenciárias, execução fiscal, crime, combate ao crime organizado e corrupção.

Entre as propostas elencadas no relatório está a criação da Meta 9, no âmbito do Poder Judiciário. Ela pretende institucionalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Judiciário, aperfeiçoar a comunicação com os usuários do sistema, intensificar o intercâmbio nacional e internacional com a rede de inovação no setor público e tor-



Maria Tereza Uille - Coordenadora do Comitê em reunião no iJusLab

nar os indicadores da prestação jurisdicional mais transparentes e eficientes.

De acordo com a coordenadora do comitê, conselheira Maria Tereza Uille, o trabalho aproxima a missão do Poder Judiciário à agenda internacional e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, “sobretudo no que diz respeito à implementação do ODS 16 que trata da paz, justiça e das instituições eficazes”, ressaltou.

A Agenda e seus objetivos

Agenda 2030 é um compromisso firmado em 2015 por líderes de 193 países, incluindo o Brasil, e coordenada pela ONU. Ela é composta por 17 ODS e 169 metas relacionadas à efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais. O plano de ação visa erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade.


Os ODS firmam a visão de que para colocar o mundo em um caminho sustentável, é urgente tomar medidas ousadas e transformadoras com tarefas a serem cumpridas por todas as pessoas, em todas as partes do mundo, até 2030. ■

ACONTECEU – JUNHO/JULHO



VISITA CJF - No dia 5/6, representantes do CJF estiveram na Diretoria do Foro para conhecer a estrutura de segurança da JFSP.



VIDEOCONFERÊNCIA - A Diretoria do Foro realizou uma videoconferência com magistrados da SJSP para alinhar ações sobre a nova fase de virtualização dos processos. 




EXPOJUD - A Justiça Federal de São Paulo participou, nos dias 12 e 13/6, do 1º Expojud – Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito para o Ecosistema de Justiça.



EXPOSIÇÃO - O Fórum de Jales recebeu a exposição “Cores da Alma”, com obras da artista Vivian Carla Jammal e do artista Márcio Leandro Sanchez, servidor do Fórum.



MINICONF – Foi realizada em 27/6 a 4ª Miniconferência do iJusLab, que tratou do tema “Git essencial”. 



DIGITALIZAÇÃO – No dia 1/7, teve início a nova fase de virtualização dos processos físicos que tramitam na 3ª Região.



Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na Internet.



OFICINA - O iJusLab recebeu, no dia 7/6, juízes, servidores e diretores administrativos do TRF3 e da SJSJ para uma oficina de Design Thinking sobre proposta de Política de Gestão de Resíduos Sólidos na 3ª Região.



PROJETO - No dia 25/6, representantes do TRF3, da SJSJ e da USP reuniram-se para discutir detalhes do acordo de cooperação entre as instituições para a criação de um Centro de Memória da Justiça Federal.



ENCONTRO - A Subsecretaria de Gestão de Pessoas participou, nos dias 13 e 14/6, do II Encontro de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, realizado pelo CNJ.



VISITAS IJUSPLAB - Nos últimos meses o iJusLab recebeu a visita de juízes e servidores da JFRN, do presidente do TRF1, Carlos Moreira Alves, dos juízes do TRF1, Rodrigo Navarro e Maria Cândida Almeida, e de servidores do TJ de Goiás. 📹



DOAÇÃO - A juíza federal Alessandra de Medeiros (à esquerda) entregou à Diretoria do Foro uma aquarela pintada por ela, especialmente para ser doada à Justiça Federal.



ENASTIC - O juiz federal Caio Moysés de Lima, vice-diretor do Foro, e os servidores da equipe de Gestão de Dados, Pedro Guerra e Giulia Tanaka, participaram, no dia 11/6, do Encontro Nacional de Soluções de Tecnologia, Inovação e Criatividade da Justiça Federal (Enastic-JF), em Brasília.




SUSTENTABILIDADE - Servidores que atuam na área de contratações participaram, nos dias 17 e 18/6, de uma oficina sobre "licitações sustentáveis", na capital. 📹





EVENTO - A EMAG promoveu em 1/7 um curso sobre Justiça Restaurativa, debatendo formas de solucionar conflitos partindo da escuta dos ofensores e vítimas.


DECISÕES JUDICIAIS


Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 


19/07 - EX-PREFEITO, SERVIDORES E MICROEMPRESÁRIOS DE PAULISTÂNIA SÃO CONDENADOS - O ex-prefeito de Paulistânia/SP, Alcides Francisco Casaca, seis agentes públicos e sete microempresários do município foram condenados por improbidade administrativa cometida entre 2001 e 2003 na contratação da merenda escolar e por desvios de recursos. 


19/07 - EX-GESTORES DA PREVIDÊNCIA DE HOLAMBRA TORNAM-SE RÉUS - A 9ª Vara Federal Criminal em Campinas/SP, especializada em crimes contra o sistema financeiro, recebeu denúncia, no dia 28/6, contra dois ex-gestores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Holambra/SP, por gestão temerária. 


05/07 - ESTIVADORES SÃO CONDENADOS POR TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS - Segundo a denúncia, os estivadores, que trabalhavam no navio MSC ER France, introduziram na embarcação 17kg de cocaína. Ambos foram flagrados pelas câmeras de vigilância da Polícia Marítima do Porto de Santos quando interagiam na varanda do navio utilizando um aparelho celular. 


05/07 - JUSTIÇA FEDERAL NEGA PEDIDO DE EX-SENADOR - O ex-senador Aécio Neves requeria o reconhecimento de incompetência do juízo em inquérito policial que investiga o recebimento de “doações” pelo ex-senador, oriundas do empresário Joesley Batista. A defesa do político pedia ainda a anulação dos atos decisórios praticados. 


01/07 - UNIÃO DEVERÁ FORNECER MEDICAMENTO À PORTADORA DE SÍNDROME - A autora da ação é portadora de Síndrome de Hurler-Sheie, também conhecida como MPS I, doença genética rara caracterizada por deformações esqueléticas e atraso no desenvolvimento motor e intelectual, podendo levar o portador à morte, por volta dos 25 anos de idade. 


26/06 - FILHOS DE PAULO MALUF SÃO CONDENADOS POR LAVAGEM DE DINHEIRO - Três filhos do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, foram condenados por crime de lavagem de dinheiro. Flávio Maluf recebeu a pena de oito anos e quatro meses de reclusão mais pagamento de multa. Já Ligia Maluf Curi e Lina Maluf Alves da Silva foram condenadas a quatro anos e um mês. 


25/06 - CAIXA TEM DE ENTREGAR CHAVES DO CONJUNTO MIGUEL COSTA EM OSASCO - Apesar de as obras terem sido concluídas em dezembro de 2018, as unidades continuavam desocupadas devido à falta de acesso do imóvel às vias públicas, o que impedia a CEF de celebrar os contratos de financiamento e entrega das chaves aos futuros moradores. 


19/06 - ESTELIONATÁRIO É CONDENADO A 19 ANOS DE PRISÃO - Um homem que se passava por procurador da República para extorquir empresários e prefeituras de São Paulo foi condenado a 19 anos e 3 meses de reclusão, bem como ao pagamento de multa e danos morais, além do perdimento de bens e valores, pela prática do crime de estelionato. 


17/06 - EX-PREFEITA DE POTIRENDABA É CONDENADA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - A 1ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP condenou a ex-prefeita de Potirendaba/SP, Gislaíne Franzotti, por improbidade administrativa. A ré foi apenada com a suspensão dos direitos políticos pelo período de três anos, por violar os princípios da legalidade e da publicidade por agente público. 


14/06 - DONOS DE CERVEJARIA SÃO CONDENADOS POR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - Os irmãos Fernando Machado Schincariol e Caetano Schincariol Filho, donos da Cervejaria Malta Ltda., foram condenados a 5 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão, em regime semiaberto, e 33 dias-multa pela prática de crime contra a ordem tributária. 

12/06 - EX-DIRETOR DA DERSA TEM BENS SEQUESTRADOS PELA JUSTIÇA - O ex-diretor da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A., Paulo Vieira de Souza, teve dois imóveis residenciais e uma lancha sequestrados por decisão do juiz federal substituído da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP, Diego Paes Moreira. 

10/06 - JÚRI CONDENA QUATRO ÍNDIGENAS E ABSOLVE UM POR CRIMES EM DOURADOS/MS - Júri Popular realizado na sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, entre os dias 4 e 7 de junho, absolveu um e condenou quatro índios acusados de matar dois policiais civis e deixar um terceiro ferido, em abril de 2006, no Distrito de Porto Cambira, no Município de Dourados/MS. 

05/06 – JUSTIÇA REJEITA PEDIDO PARA SUSPENDER OUTORGA DA REDE 21 - A Justiça rejeitou o pedido do MPF para tornar inválida a outorga do serviço de radiodifusão conferida à Rede 21 Comunicações Ltda., devido a um contrato de comercialização firmado entre o canal e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) para veiculação de programas de cunho religioso-cultural. 

03/06 - ACUSADOS DE ROUBAR VAN DOS CORREIOS TÊM PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - A 1ª Vara Federal em Americana/SP decretou a prisão preventiva de três acusados de roubar um veículo dos Correios, além de encomendas, no dia 27/5, portando armas de fogo. Um dos acusados foi preso quando tentava transferir as mercadorias da van dos Correios para outro veículo. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.



A INTERNET DAS COISAS

O termo “internet das coisas” (IdC), tradução do inglês internet of things (IoT), é usado para descrever um cenário em que objetos físicos do dia a dia estão conectados à internet, comunicando-se entre si e com os usuários a fim de trazer mais conforto, produtividade e qualidade de vida para as pessoas.

Há não muito tempo, aparelhos como telefone celular, televisão e relógio de pulso não possuíam qualquer tipo de conexão com a internet nem “conversavam” uns com os outros. Essa realidade mudou com a vinda dos smartphones, relógios inteligentes e smart TVs - exemplos mais conhecidos da aplicação da internet das coisas. Contudo, sua abrangência vai muito além disso.

“A internet das coisas já é uma realidade e está sendo utilizada em diferentes áreas com resultados promissores como, por exemplo, em cidades inteligentes, no agronegócio, na saúde e também na indústria”, afirma Norberto Alves Ferreira, gerente de Soluções Sistêmicas de Inteligência Artificial e IoT do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações).

As cidades inteligentes, ou smart cities, representam bem essa transformação. Elas são projetadas com o objetivo de direcionar os avanços da tecnologia para o ambiente em que vivemos, oferecendo experiências inovadoras em mobilidade, segurança, economia de energia e de recursos naturais.

Na cidade espanhola de Barcelona, por exemplo, a irrigação dos jardins e fontes públicas é controlada digitalmente para evitar desperdícios. A metrópole também conta com um sistema que avisa os motoristas sobre locais disponíveis para estacionar por meio de sensores instalados no asfalto. Esses dispositivos emitem sinais para um aplicativo, ajudando o motorista a encontrar a vaga rapidamente, o que reduz o trânsito e a emissão de gases.

A agricultura também tem usufruído desses avanços. Um exemplo que já acontece aqui no Brasil é o uso de sensores meteorológicos instalados nas plantações que identificam a direção do

vento, radiação solar e o pH das espécies. Há, ainda, o mapeamento aéreo com o uso de drones e sensores de qualidade do solo para auxiliar os produtores a escolherem as melhores áreas para o plantio.

Os chamados dispositivos vestíveis (wearables) como relógios, pulseiras e óculos inteligentes estão se tornando cada vez mais populares. “Na saúde, alguns desses aparelhos já são utilizados para medir batimentos cardíacos, pressão sanguínea, pulsação e o movimento dos pacientes. Desse modo, os médicos podem realizar o acompanhamento remoto das pessoas, reduzindo custos operacionais”, destaca Norberto Ferreira.

Há também empresas que desenvolvem dispositivos inteligentes para casas e escritórios. Uma companhia norte-americana criou detectores de fumaça com luzes coloridas, mensagens de voz e notificações no smartphone que avisam o usuário sobre a detecção de gases perigosos, fumaça, ou aumento repentino da temperatura, podendo inclusive acionar o socorro automaticamente.

Embora a internet das coisas traga uma série de benefícios, especialistas alertam, porém, para alguns desafios. Um dos principais diz respeito à segurança da informação, uma vez que esses dispositivos geram e transmitem uma grande quantidade de dados que precisam ser protegidos contra hackers e outros ataques cibernéticos. Outro ponto é a



necessidade de se ter infraestrutura para armazenar e analisar todos esses dados.

Neste ano, o governo federal lançou o “Plano Nacional de Internet das Coisas”, que traz uma série de objetivos para fomentar esse tipo de tecnologia no país. O Plano define áreas prioritárias e cria um órgão formado por diversos ministérios para avaliar a sua implementação.

“A maior parte das aplicações de IoT que estão sendo desenvolvidas no Brasil têm servido para mostrar que o conceito funciona bem, mas que é necessário investir com estratégia. O Plano Nacional propõe mecanismos para o fortalecimento do ecossistema de inovação nacional e para o desenvolvimento de projetos de IoT. Espera-se, com isso, um aumento da produtividade e competitividade e a criação de novas oportunidades com ganhos para o país”, finaliza Norberto. ■



AÇÕES ESTRATÉGICAS NA JFSP

Não é de hoje que o setor público enfrenta dificuldades devido à falta de recursos. Isso se tornou mais evidente após a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como Emenda do Teto dos Gastos Públicos, que instituiu um forte controle de despesas para impedir o crescimento do gasto público federal nos três poderes, além do Ministério Público e da Defensoria Pública da União.

No âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, o contingenciamento imposto em 2019 para a Seção Judiciária de São Paulo ultrapassa os R\$ 11 milhões, com previsão de bloqueios no orçamento de dois milhões e seiscentos mil reais a cada bimestre. A situação neste ano é instável e, para 2020, tende a se agravar ainda mais, pois o limite orçamentário estabelecido pela Emenda 95 para o próximo ano será o mais restritivo do período, com previsão de corte na ordem de 25% do orçamento de custeio da SJSP, o que corresponde a R\$ 46 milhões.

Para superar as limitações trazidas com o contingenciamento de recursos, a Diretoria do Foro tem buscado ações estratégicas para garantir a economia de verbas e, ao mesmo tempo, possibilitar a execução total do orçamento, caso os valores contingenciados sejam liberados até o final do ano. Algumas dessas ações foram compartilhadas em uma reunião telepresencial realizada em maio com juízes e servidores.

“Quisemos transmitir o contexto do nosso exercício orçamentário e as dificuldades que estamos enfrentando com o contingenciamento, além de apresentarmos o cenário do próximo ano que será de extrema restrição. Por outro lado, mostramos os esforços para buscar a gestão da crise e encontrar soluções inovadoras que venham trazer uma nova



Reunião telepresencial realizada em maio

forma de trabalhar, reorganizando os nossos fluxos, fazendo a gestão de dados e melhorando a prestação dos serviços”, afirmou a juíza federal Luciana Ortiz Zannoni, diretora do Foro.

Aluguel

Entre as medidas adotadas para reduzir os gastos com os aluguéis, destacam-se a permuta de imóveis públicos por particulares; renegociação de contratos de locação; chamamento público para aquisição de imóveis comerciais e melhor aproveitamento dos espaços dos prédios. Atualmente a SJSP gasta cerca de R\$ 32 milhões ao ano para pagar o aluguel de 22 prédios, valor que tem um forte impacto no orçamento da instituição.

Em relação ao chamamento público, a Diretoria do Foro publicou editais manifestando interesse em adquirir imóveis em algumas subseções. A ideia é que a Administração compre imóveis com os recursos que atualmente

encontram-se contingenciados, mas que poderão ser liberados no fim do ano. De acordo com Luciana Ortiz, caso os valores sejam devolvidos (um montante que pode chegar a R\$ 18 milhões), o chamamento público possibilitará que eles sejam utilizados. “Essa é uma estratégia que estamos adotando porque não podemos devolver dinheiro em um período de crise como esse. Se os recursos vierem, estaremos preparados para usá-los”, explicou a juíza.

A permuta de imóveis é outra iniciativa fundamental para a aquisição de prédios próprios. “Depois de uma gestão institucional feita com ajuda da presidente do TRF3, desembargadora Therezinha Cazerta, estamos vendo nossos pedidos de permuta serem analisados pela Superintendência do Patrimônio da União. Esse projeto é muito importante porque não precisaremos desembolsar dinheiro com a compra dos imóveis e, ao mesmo tempo, ficaremos livres do aluguel”, disse Luciana Ortiz.

Digitalização

Em julho foi retomada a ação de digitalização do acervo físico em tramitação na Justiça Federal de São Paulo, desenvolvida em parceria com o TRF3 e com o CNJ. Nesta etapa, que acontecerá durante todo o segundo semestre, serão abrangidas as ações cíveis e previdenciárias de todas as subseções judiciárias do estado, bem como uma parcela das execuções fiscais. A estimativa é digitalizar 80 mil processos, que somam 158 mil volumes e representam 24 milhões de páginas que atualmente tramitam em papel.

“Nos próximos meses pretendemos atingir um patamar no qual a maior parte dos nossos feitos esteja no meio virtual. Iniciaremos 2020 focados nesse ambiente, com novas possibilidades de desenvolvimento de organização e tecnologia”, afirma o juiz federal Décio Gabriel Gimenez, vice-diretor do Foro (interior).

A primeira fase da virtualização dos processos físicos, feita entre o final de 2018 e início de 2019, atingiu a meta de 27 milhões de páginas digitalizadas, correspondente a aproximadamente 70 mil processos físicos. Luciana Ortiz ressalta que “a virtualização também propiciará à Administração a economia de recursos com limpeza e segurança, racionalização no uso dos espaços físicos e melhor aproveitamento de nossa mão de obra com o teletrabalho”.

Economia de Energia

Para a economia de energia elé-

trica, as ações abrangem a continuidade da restrição do horário de funcionamento dos prédios (fixada desde o ano passado entre 9h e 20h), a implantação de usinas fotovoltaicas e a troca das lâmpadas dos prédios próprios por lâmpadas LED. Além disso, houve redução nos gastos com diárias, devido a mudanças nas rotas de transporte e também economia com os contratos de telefonia após a implantação do sistema VOIP.

Na reunião telepresencial, a diretora da Secretaria Administrativa, Maria Helena de Almeida Santos, falou sobre a primeira usina fotovoltaica para a geração de energia elétrica na JFSP, que está sendo construída na Subseção de Barueri. “Essa iniciativa visa reduzir os gastos com energia elétrica através do sistema de compensação, previsto em resolução da ANEEL. Além da economia de recursos, esse investimento contribuirá para a questão da sustentabilidade”.

Outsourcing de Impressão

A preocupação em promover a sustentabilidade de forma contínua, bem como a necessidade de reduzir custos, foi um dos fatores que levou à contratação do serviço terceirizado de impressão para os prédios da Justiça Federal de São Paulo. Estima-se que a economia chegue a R\$ 700 mil por ano. Jane Albuquerque Nascimento, diretora da Subsecretaria de Apoio Administrativo (UAPA), falou sobre o outsourcing, que nada mais é do que a terceirização desse serviço.

“A empresa ficará responsável por toda a solução de impressão, cópia e digitalização, disponibilizando equipamentos e insumos, inclusive papel. Estamos seguindo o modelo que é amplamente usado no mercado e que o próprio TRF3 já utiliza de forma bem sucedida há anos. A ideia é otimizar os custos nesse momento de escassez orçamentária, além de ter equipamentos com recursos tecnológicos avançados sem a necessidade de grandes investimentos”.

Eliminação de processos

Desde 2016, a Seção Judiciária de São Paulo não dispunha de recursos para realizar o desarquivamento de processos que seriam destinados ao desfazimento. Contudo, por meio de sobras orçamentárias obtidas em 2018, foi possível desarquivar 200 mil volumes de agravos de instrumento para eliminação, gerando economia ao contrato de guarda do acervo em 2019.

“Optamos por desarquivar os agravos porque é mais fácil fazer a gestão documental desses processos. Além disso, a Resolução nº 318/2014 do CJF prevê a eliminação desses autos sem a necessidade de guarda amostral. Na verdade, estávamos pagando para guardar processos que nem deveriam mais estar no arquivo”, pontou a servidora Carmen Lucia Uehara, diretora do Núcleo de Gestão Documental e Memória (NUGE).

Apesar de todas as restrições, a Diretoria do Foro, juntamente com as demais áreas da Administração Central, tem buscando enfrentar esse cenário investindo massivamente em gestão estratégica e inovação – pilares do programa iNovaJusp lançado em 2016. Os resultados estão surgindo por meio da implementação de soluções inovadoras, que ajudarão a superar não apenas as limitações atuais, mas prepararão a JFSP para os desafios futuros. ■



TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em um país marcado por inúmeras desigualdades sociais, o trabalho voluntário apresenta-se como uma forma de ajuda e combate a esse mal que tanto aflige a humanidade, sendo um caminho gratificante e recompensador para quem o pratica.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Brasil são 7,2 milhões de pessoas trabalhando voluntariamente, a maioria mulheres. De acordo com a Lei nº 9.608/98, o voluntariado “não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim”, ou seja, o voluntário não recebe nenhum tipo de remuneração pelos serviços prestados.

Além das experiências e das amizades que são feitas durante as atividades, o trabalho voluntário também oferece um adicional: enriquece o currículo daqueles que procuram por um emprego. É cada vez maior o número de empresas que levam em consideração, no processo seletivo, se o candidato realizou algum tipo de trabalho voluntário.

Trabalho ideal para cada perfil

Assim como existem perfis diferentes para cada pessoa, também existem formas alternativas de trabalho voluntário. Uma dica valiosa para aqueles que não sabem muito bem por onde começar é a opção, por exemplo, por um trabalho semelhante ao já desempenhado no trabalho remunerado.

O trabalho voluntário, apesar de não gerar vínculos empregatícios, acarreta em algumas obrigações para quem o pratica, devendo as diretrizes do projeto ou organização do qual participa serem seguidas. Em geral, essas normas vão desde as horas e dias que precisam ser cumpridos, a roupas, equipamentos de seguran-

ça e condutas que devem ser adotados durante a execução das atividades.

Essas medidas têm como objetivo garantir que o trabalho seja executado de forma segura e correta, uma vez que, apesar de não ser remunerado, o voluntário deve se comprometer com as responsabilidades assumidas por ele para com as pessoas que dependem do projeto.

Como começar

Os trabalhos voluntários podem ser realizados em locais do cotidiano tais como associações, igrejas, ONGs e asilos. Independente de quais serão os seus feitos, eles propiciarão um contato com situações novas e provavelmente inusitadas. Esse tipo de relação não fará apenas com que você ofereça seus serviços, mas trará uma nova percepção de vida e novos conhecimentos.

Por exemplo, é possível atuar com esportes e aprender técnicas e atividades que não têm domínio como ginástica artística ou skate; também pode ser um arquiteto e ajudar na comunicação escrevendo textos para um site ou blog da instituição. Desta forma, será possível ter a oportunidade de conhecer algum assunto que provavelmente você nunca teria a chance de aprender.

Outra opção de busca são as plataformas digitais. Listamos abaixo algumas sugestões:

- **Atados** - Essa plataforma tem como objetivo conectar ONGs e voluntários. São trabalhos desde presenciais e a distância: www.atados.com.br

- **Quero na Escola** - Tem o objetivo de conectar alunos e escolas com voluntários interessados em explicar um determinado tema ou atividade extracurricular. Para isso, uma postagem é realizada pelo interessado em busca de um especialista no assunto que esteja interessado em ajudar: <https://queronaescola.com.br/>

- **Voluntários.com** - Esse site conta com mais de 5 mil entidades cadastradas de todo o Brasil bem como oferece informações para entrar em contato diretamente com elas: <https://voluntarios.com.br/>

- **Voluntários das Nações Unidas** - A ONU (Organização das Nações Unidas) possui um site para cadastro de interessados em trabalhar voluntariamente no Brasil e em outros países. Existe também a possibilidade de trabalho apenas online. A plataforma também armazena os dados para futuras oportunidades: www.unv.org

- **Transforma Brasil** - O site possui um campo de busca que ajuda o interessado a encontrar um serviço voluntário ideal com base em critérios como endereço, causa, habilidade e disponibilidade: <https://portal.transformabrasil.com.br/>

- **Exchange do Bem** - Trata-se de uma empresa de intercâmbio social. Aqui os interessados vão além de praticar um segundo idioma, têm a oportunidade de ajudar em projetos sociais da área de saúde, educação, esporte, proteção à criança ou animais, tanto em território nacional como em outros países: <https://exchangedobem.com/> ■



POLO REGIONAL II

Na série de reportagens sobre a rede de governança participativa da Justiça Federal de São Paulo, apresentamos nesta edição o Polo Regional II, formado pelas Subseções de Caraguatatuba, Guaratinguetá, Itapeva, Mauá, Mogi das Cruzes, Registro, Santos, São José dos Campos, São Vicente e Taubaté.

A área que compreende o Polo Regional II engloba importantes fóruns da Seção Judiciária situados no litoral paulista e nos Vales do Paraíba e do Ribeira. Juntos, eles concentram 14% das ações que tramitam na SJSP (veja box).

Para a juíza federal Alessandra Nuyens Aguiar Aranha, representante do Polo Regional II, a descentralização idealizada através dos polos trouxe uma oportunidade inédita de aproximação e troca de experiências entre os fóruns. “Esse conceito incentiva a administração de um fórum a trocar ideias e informações com outros que vivem a mesma realidade e passam pelos mesmos problemas”, disse.

Alessandra Nuyens diz que, dessa forma, as soluções podem fluir mais facilmente, o conhecimento produzido em uma subseção pode ser compartilhado com outra que possui dificuldade parecida, desonerando a Administração Central e agilizando soluções locais. “A meu ver, essa é a principal contribuição dos polos, um caminho para a governança integrada”.

Segundo a magistrada, a criação dos polos abriu uma oportunidade para as subseções participarem diretamente das decisões por meio de seus representantes e, sobretudo, conhecer as dificuldades enfrentadas pela Diretoria do Foro. “A gestão descentralizada torna mais eficiente a coleta e compilação de dados/necessidades. Ganha-se transparência e melhor compreensão sobre os

problemas que permeiam toda a Seção Judiciária com suas 44 Subseções, mais de 55 prédios, cada qual com sua demanda regional. Antes, todo esse fluxo seguia diretamente para a capital”.

Os pedidos mais comuns que chegam ao Conselho de Governança Integrada (CONGIP) procedentes do Polo Regional II são, em primeiro lugar, os materiais permanentes, como móveis e equipamentos em geral. Em seguida, vêm os pedidos de obras e reformas, materiais de consumo e solicitações por serviços contínuos ou esporádicos, como manutenção especializada, limpeza específica, chaveiro, vidraceiro, aumento da segurança etc.

Para aprimorar os trabalhos de governança integrada, Alessandra Nuyens sugere que o número de polos seja ampliado, com regiões menores e subseções mais semelhantes entre si, como por exemplo, um polo específico para os fóruns do litoral, outro mais voltado ao ABC, Barueri e Guarulhos, um para o Vale do Paraíba etc.

“Não tenho dúvidas que o CONGIP é extremamente positivo, uma vez que propôs a descentralização e, como já disse, abriu a oportunidade das subseções de participarem, através dos seus representantes de polos, das decisões antes reservadas à Diretoria do Foro”, conclui a juíza. ■

AÇÕES JUDICIAIS

	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
Polo Regional II	60.322	71.530	131.852 (14,03%)
SJSP	460.147	479.373	939.520 (100%)

Polo Regional II

	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
Cível	6.081	39.741	45.822
Criminal	5.133	89	5.222
Fiscal	43.570	14.866	58.436
Previdenciária	5.538	16.834	22.372
TOTAL	60.322	71.530	131.852

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
Cível	42.524	257.117	299.641
Criminal	35.903	1.080	36.983
Fiscal	356.186	117.051	473.237
Previdenciária	25.534	104.125	129.659
TOTAL	460.147	479.373	939.520

Fonte: Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE/TRF3 (julho/2019)

PERFIL REGIONAL

	População (estimada 2018)	População (censo 2010)	Salário médio (2017)	IDH (2010)	Saneamento Básico (2010)
Caraguatatuba	119.625	100.840	2,5 salários mín.	0,759	88,00%
Guaratinguetá	121.073	112.072	3,0 salários mín.	0,798	91,10%
Itapeva	93.892	87.753	2,1 salários mín.	0,732	84,40%
Mauá	468.148	417.064	3,3 salários mín.	0,766	90,70%
Mogi das Cruzes	440.769	387.779	2,7 salários mín.	0,783	85,50%
Registro	56.249	54.261	2,3 salários mín.	0,754	87,20%
Santos	432.957	419.400	3,3 salários mín.	0,840	95,10%
S.J.Campos	713.943	629.921	3,7 salários mín.	0,807	94,30%
São Vicente	363.173	332.445	2,6 salários mín.	0,768	90,80%
Taubaté	311.854	278.686	3,4 salários mín.	0,800	96,60%
TOTAL:	3.121.683	2.820.221	2,89 salários mín.	0,780	90,37%

Fonte: IBGE

SEGURANÇA NOS FÓRUNS

Nos últimos anos, a Justiça Federal de São Paulo tem adotado diversas medidas que visam à melhoria das condições de segurança dos juízes, servidores e usuários que transitam pelos fóruns da Seção Judiciária, minimizando os riscos de ocorrências e sinistros.

Dos equipamentos para este fim adquiridos desde 2016, destacam-se os detectores de metais (95 portais e 60 bastões portáteis) e os 52 scanners de bagagem (inspeção por raios-x), somando cerca de R\$ 4,4 milhões em investimentos. Naquele ano, também foi inaugurada uma central de monitoramento a distância para vigilância remota dos fóruns.

“A aquisição dos detectores de metais proporcionou uma melhor qualidade na segurança dos prédios da SJSP, pois desta forma é possível reter objetos de perigo potencial. Além disso, também servem para inibir a reincidência do ingresso desses objetos no interior dos fóruns, constringendo eventuais ameaças”, disse o diretor do Núcleo de Segurança Institucional (NUSE), Rogério Fernandes Amaral.

Algumas adaptações tiveram de ser realizadas nos fóruns para a instalação dos equipamentos. “Foi preciso mudar o layout de algumas subseções e a adequação dos espaços para o seu funcionamento correto. Com exceção de Registro, local onde não foi possível instalar o scanner, em geral os problemas foram superados, uma vez que todos os prédios contam com portais e bastões em perfeito funcionamento”, ressaltou o diretor do NUSE.

Para o adequado manuseio dos equipamentos, os agentes de segurança e os vigilantes terceirizados passaram por treinamento com a empresa fornecedora dos produtos (cláusula prevista em contrato).

Os equipamentos de inspeção por raios-x consistem de elementos de re-



CFTV

Instalada na Administração Central desde julho de 2016, a Central de Monitoramento está presente nos 53 prédios da Justiça Federal de São Paulo, sendo oito na capital e 45 no interior, por meio dos sistemas de CFTV (Circuito Fechado de Televisão). O sistema envia as imagens para a Central, onde uma equipe de vigilantes coordenada por agentes de segurança é capaz de tomar decisões e providências a distância. As imagens captadas pelo CFTV podem ser consultadas tanto em tempo real como posteriormente, para uma análise cuidadosa de determinada ocorrência. Além disso, a presença das câmeras inibe a ação de criminosos, que pensam duas vezes antes de invadir um ambiente monitorado.

conhecida importância dentro do tema da segurança nas diversas instituições públicas e privadas, pois permitem a análise de quaisquer volumes sem causar constrangimento aos seus portadores. Eles possibilitam a identificação de instrumentos ou materiais que apresentem riscos à instituição, tais como armas e explosivos.

Antes da aquisição dos aparelhos, a Justiça Federal não tinha como realizar de forma eficiente e satisfatória, a necessária inspeção prévia em bagagens de mão, como malas e bolsas.

Marília

Em abril de 2019, a Subseção de Marília/SP fechou mais um ciclo de avaliações e levantamentos referentes aos objetos barrados junto aos portais detectores de metais e scanner de bagagem raio-x.

Os levantamentos tiveram início em 19/9/2016, no intuito de balizar e au-

xiliar os trabalhos de vigilância realizados pela Subseção, seguindo um processo contínuo de aperfeiçoamento. O balanço da quantidade de objetos barrados por dia é feito a cada oito meses.

“Temos também relatórios com o balanço anual e relatório por equipamento desde setembro de 2018. Esse trabalho é o resultado do esforço e colaboração de toda a equipe de vigilantes e agentes de segurança que atuam aqui”, informou Heinz Donnerstag, agente de segurança da Subseção.

Segundo os relatórios, de setembro de 2016 a abril de 2019, os aparelhos detectaram e barraram a entrada de 387 objetos considerados de risco naquele Fórum, como facas, tesouras, canivetes etc. Uma média de um objeto barrado por dia (antes dos scanners a média era de 0,481).■

MEDITAÇÃO GANHA ESPAÇO NO MUNDO CORPORATIVO

A palavra meditação vem do latim “meditari” e as definições mais recorrentes baseiam-se no tripé: voltar-se ao centro, desligar-se do exterior e concentrar a mente no agora. Atualmente, a prática da meditação está se tornando cada vez mais comum dentro das corporações devido aos benefícios comprovados para a redução do estresse, o aumento da produtividade e da qualidade de vida no trabalho.

Foi com esse objetivo que empresas, sobretudo as consideradas inovadoras em sua gestão, introduziram a prática da meditação aos seus executivos e funcionários. Na maioria delas, a escolha recaiu sobre a meditação mindfulness (atenção ou consciência plena) que não possui conexão religiosa e foi desenvolvida com o apoio da ciência.

O médico Jon Kabat-Zinn é considerado o pai da mindfulness. Ele desenvolveu o primeiro programa de consciência plena em 1979, na Escola de Medicina da Universidade de Massachusetts, onde criou posteriormente o Mindfulness-Based Stress Reduction – MBSR. A técnica ajuda os praticantes a se concentrarem na própria respiração, tomar consciência das sensações do corpo e até interromper o fluxo de pensamentos, reduzindo o estresse. De acordo com o especialista, o praticante da meditação aprende a lidar melhor com situações de dor, pressão e ansiedade, comuns no dia a dia do trabalho e da vida particular.

No Brasil, empresas como a Vivo, Mead Johnson Nutrition e 3M já utilizam a meditação mindfulness, seja através da criação de salas especiais para a prática, aplicando a meditação em grupo, até o desenvolvimento de cursos sobre o tema. Já o Metrô de São Paulo implantou um programa de redu-

ção de estresse com meditação.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região promoveu, em 2016, um treinamento dedicado à redução do estresse através da meditação para um grupo de servidores. O feedback dos participantes foi positivo e apontou aspectos como a melhoria de concentração e do foco durante as suas atividades.



Os resultados levantados por organizações e por funcionários que aderem à prática são: acalmar a mente e aumentar o foco no “agora”, reduzir o estresse e a ansiedade, melhorar a criatividade e a percepção de emoções positivas, elevar a performance do cérebro, aumentar a produtividade e qualidade de vida. Em resumo, pessoas saudáveis são mais felizes e produtivas.

O Brasil ostenta o “título” incômodo de segundo país mais estressado do mundo, em um ranking com dez nações feito pela International Stress Management Association (Isma – Brasil). Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) coloca o Brasil na quinta colocação de seu ranking.

Um estudo realizado pela Universidade de São Paulo elencou possíveis consequências para a saúde de pessoas estressadas como problemas cardíacos, obesidade e aumento do risco de câncer.

Já as empresas são diretamente afetadas pelos afastamentos de seus funcionários motivados por problemas de saúde.

Diferentes correntes de meditação

Os primeiros registros da prática da meditação remetem às antigas tradições orientais ligadas ao Hinduísmo,

ao Taoísmo e ao Budismo. São diversas as vertentes de meditação como raja yoga, transcendental, kundalini, vipassana, shambala, etc.


A coordenadora da organização internacional “A Arte de viver”, Cristina Armelin, afirma que a prática pode ser usada como um antídoto contra o estresse. Psicóloga e instrutora de meditação, ela explica que independente das diferentes vertentes “a meditação permite ao praticante conectar-se com a sua essência, um profundo descanso que nos dá acesso a nossa natureza verdadeira”.

Formada em programas de gerenciamento de estresse e atuando como consultora para empresas, Cristina avalia que a prática é acessível a qualquer pessoa. “Os resultados são sentidos rapidamente se praticada alguns minutos diariamente. Hoje meditar não é um luxo, é uma necessidade”, afirma. ■

EVENTOS E CULTURA




BON JOVI

A banda norte-americana, Bon Jovi, retornará ao Brasil em setembro com a turnê This House Is Not For Sale. Com mais de três décadas de carreira, membro do rock and roll hall of fame, a banda é reconhecida como uma das melhores do mundo atuando ao vivo e coleciona diversos prêmios como o Billboard Touring Awards, Grammy Awards, entre outros. Dia 25 de setembro, às 19h. Allianz Parque, Avenida Francisco Matarazzo, 1705, - Água Branca, São Paulo. A partir de R\$ 270. 




PARQUE ECOLÓGICO IMIGRANTES

Inaugurado em novembro de 2018 em São Bernardo do Campo, o parque ecológico suspenso foi construído em uma área de 490 mil metros quadrados de mata atlântica pela Fundação Kunito Miyasaka, em comemoração aos 110 anos da imigração japonesa no Brasil. Rodovia dos Imigrantes, km 34,5 - Curucutu, São Bernardo. 




PASSEIO DA MARIA FUMAÇA EM CAMPINAS

A Associação Brasileira de Preservação Ferroviária de Campinas realiza um tradicional passeio de Maria Fumaça até a cidade de Jaguariúna. O trajeto da locomotiva inclui muitas paisagens rurais, bem como antigas fazendas cafeeiras. São cerca de três horas de passeio com direito a parada na estação Tanquinho, onde o público aprende sobre o funcionamento de uma máquina a vapor. Rua Dr. Antônio Duarte da Conceição, 1501- Jardim Madalena, Campinas-SP. Terça à sexta-feira das 8h às 17h, sábado e domingo das 8h às 18h. 




KIDZANIA

Com uma área de 8.500m², o Parque Kidzania simula uma minicidade onde as crianças podem vivenciar, ao longo de cinco horas, diferentes profissões. São 50 carreiras que podem ser exploradas por crianças de 3 a 14 anos. Av. Rebouças, 3970, Shopping Eldorado, Pinheiros, São Paulo. 



A FLAUTA MÁGICA

O Teatro Bradesco apresenta a ópera "A flauta mágica" de Wolfgang Amadeus Mozart. A história se passa em um reino fictício onde o Príncipe Tamino é encarregado pela Rainha da Noite com a missão de resgatar a sua filha, a princesa Pamina, sequestrada pelo líder de uma enigmática ordem. Adaptação: Orquestra Acadêmica de São Paulo e do Coral da Cidade de São Paulo. Mais de 120 cantores em cena sob a regência de Luciano Camargo. De 10 a 18 de agosto. A partir de R\$ 80. Teatro Bradesco, Rua Palestra Itália, 500, Bourbon Shopping, Perdizes, São Paulo. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

LIVROS E FILMES



PROCESSO PENAL CONTRA AUTORIDADES

Assunto: jurídico

Autor: Daniel Marchionatti

O livro repercute questões relacionadas à imunidade, inviolabilidades, prerrogativa de foro e rito processual especial. Publicada pela Editora Forense, a obra objetiva

facilitar a compreensão dos operadores do Direito que atuam nas áreas constitucional e penal. Para isso, o juiz aborda o foro privilegiado e todos os aspectos da ação penal originária dos tribunais: investigação, recebimento da denúncia, instrução, julgamento, recursos, execução e inelegibilidade. Além disso, diseca a Lei do Processo nos Tribunais (Lei nº 8038/90). O livro tem prefácio da corregedora-geral da Justiça Federal, ministra Maria Thereza de Assis Moura e apresentação do ministro do STF, Gilmar Mendes. O autor: juiz federal auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, doutorando pela Universidade de São Paulo (USP), mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



UM TOQUE DE SOLIDARIEDADE

Assunto: filosofia

Autora: Márcia Hoffmann do Amaral e Silva Turri

A obra nasceu a partir da tese defendida pela autora em 2016, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade

de São Paulo. A autora comenta com perspicácia os casos em que a solidariedade necessita de uma transcendência, de um significante exterior e sobretudo superior, que a faça funcionar. A obra é prefaciada pelo professor titular de Ética e Filosofia Política da USP, Renato Janine Ribeiro. A autora: juíza federal titular da 2ª vara Previdenciária de São Paulo, doutora e mestre em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, especialista em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da USP.

CINEMA



TURMA DA MÔNICA - LAÇOS

Data de lançamento:

27 de junho de 2019

Direção: Daniel Rezende

Elenco: Giulia Benite, Kevin

Vechiatto, Laura Rauseo

Gêneros: Aventura

Nacionalidade: Brasil

Floquinho, o cachorro do Cebolinha (Kevin Vechiatto), desapareceu. O menino desenvolve então um plano infalível para resgatar o cãozinho, mas para isso vai precisar da ajuda de seus fiéis amigos Mônica (Giulia Benite), Magali (Laura Rauseo) e Cascão (Gabriel Moreira). Juntos, eles irão enfrentar grandes desafios e viver grandes aventuras para levar o cão de volta para casa.

Fonte: Adoro Cinema

HOME VÍDEO



O REI LEÃO

Data de lançamento:

18 de julho de 2019

Direção: Jon Favreau

Elenco: Ícaro Silva, Donald Glover,

Beyoncé Knowles-Carter

Gêneros: Aventura, Animação

Nacionalidade: EUA

Simba (Donald Glover) é um jovem leão cujo destino é se tornar o rei da selva. Entretanto, uma armadilha elaborada por seu tio Scar (Chiwetel Ejiofor) faz com que Mufasa (James Earl Jones), o atual rei, morra ao tentar salvar o filhote. Consumido pela culpa, Simba deixa o reino rumo a um local distante, onde encontra amigos que o ensinam a mais uma vez ter prazer pela vida.

Fonte: Adoro Cinema



WEB RÁDIO EM TEMPO

MÚSICA E INFORMAÇÃO

ACESSE

intranet.jfsp.jus.br/webradio/